

DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS CONTRA O GABARITO PRELIMINAR

Prezados(as) Candidatos(as),

Em atenção ao processo seletivo referente ao Concurso Público de São João do Paraíso - MA, vimos por meio deste ofício divulgar o resultado da análise dos recursos interpostos contra o gabarito preliminar da prova objetiva.

Após minuciosa avaliação das alegações apresentadas pelos candidatos, informamos que as respostas seguem os seguintes critérios:

1. **RECURSOS DEFERIDOS:** Os recursos que foram considerados procedentes resultaram na alteração do gabarito preliminar ou anulação da questão. Os pontos correspondentes serão atribuídos aos candidatos que tiveram as respostas de acordo com o novo gabarito.
2. **RECURSOS INDEFERIDOS:** Os recursos que não obtiveram fundamentação suficiente para alteração do gabarito permanecem indeferidos. Os pontos permanecem inalterados.

Agradecemos a compreensão e colaboração de todos os candidatos durante esse processo. Estamos à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas adicionais.

ALESANDRO DE JESUS LIMA
TEIXEIRA:5709064530
4

Assinado de forma digital por
ALESANDRO DE JESUS LIMA
TEIXEIRA:57090645304
Dados: 2024.05.27 20:23:10
-03'00'

Alesandro de Jesus Lima Teixeira
Instituto Social Da Cidadania Juscelino Kubitschek

CARGO: CONTADOR

RESULTADO DOS RECURSOS		
QUESTÃO	EMENTA	RESULTADO
06	Anulação da questão	INDEFERIDO. A vírgula NÃO pode ser utilizada para separar COMPLEMENTO de VERBO.
24	Anulação da questão	INDEFERIDO. A afirmação I está correta, pois as NBC TSP são de fato emitidas pelo CFC e se alinham às normas internacionais. A afirmação II também está correta; embora a NBC TSP 06 trate de propriedades para investimento, a ideia de que as normas abordam mudanças em estimativas e políticas contábeis de forma geral é verdadeira. A afirmação III, no entanto, está incorreta, pois as normas não visam apenas padronizar relatórios, mas também melhorar a transparência e a governança, como parte de um esforço maior de reforma e modernização das práticas contábeis no setor público.
26	Anulação da questão	DEFERIDO
33	Anulação da questão	INDEFERIDO. Pois uma das principais implicações da Lei de Responsabilidade Fiscal é o aumento na transparência da gestão fiscal. A lei determina a publicação periódica de relatórios que detalham as finanças públicas, ajudando no controle e monitoramento das contas por parte dos cidadãos e órgãos de controle. As demais opções contêm erros específicos: A) é incorreta porque a LRF não proíbe totalmente a contração de dívidas por municípios, apenas impõe condições e limites; B) é imprecisa pois o limite de despesas com pessoal varia conforme o ente (50% para o Executivo municipal e estadual, 60% para o total incluindo todos os poderes); D) é falsa porque a LRF aplica-se a todos os entes da federação, sem possibilidade de escolha sobre a adesão.
35	Anulação da questão	INDEFERIDO. A questão 35 trata de identificar afirmativas verdadeiras em três opções possíveis. A afirmação I é incorreta pois os Créditos Adicionais são "classificados" de acordo com sua origem e finalidade, não de acordo com sua autorização. O artigo 40 da lei 4.320/1964 os identifica como "as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei do Orçamento". Já o artigo 41 trata das suas classificações. As afirmativas II e III estão corretas, pois os Créditos Adicionais são autorizados pela legislação brasileira para atender a necessidades previstas ou não contempladas no orçamento vigente, e a indicação e

		especificação dos recursos a serem utilizados são obrigatórias e devem seguir as diretrizes estabelecidas na legislação vigente. Palavra chave da questão: Classificados
39	Anulação da questão	DEFERIDO.
40	Anulação da questão	INDEFERIDO. A alternativa correta é a letra a). A afirmação I está correta, pois o RREO é de fato um dos demonstrativos fiscais exigidos pela legislação brasileira, oferecendo detalhes sobre a execução orçamentária e financeira do ente público. A afirmação II também está correta, pois o RREO deve incluir informações detalhadas sobre a execução da receita e despesa por categoria econômica e fonte de recursos. A afirmação III está incorreta, pois a legislação brasileira estabelece prazos específicos para a divulgação do RREO, garantindo transparência e controle social sobre a gestão fiscal dos entes federativos.

